

DOCTRINAS DE SEGURANÇA NACIONAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Cecília Maria Bouças Coimbra*

Resumo

Este trabalho analisa historicamente o Brasil nos anos 60 e 70, apontando o fortalecimento e implementação da chamada Doutrina de Segurança Nacional gestada em tomo, principalmente, da Escola Superior de Guerra.

Apresenta algumas características do aparelho repressivo daquela época, colocando em análise alguns pontos da legislação de segurança nacional e do funcionamento da justiça militar.

Finalizando, mostra a produção de uma nova Doutrina de Segurança Nacional fortalecendo-se, nos anos 90, em nosso país, não mais contra os opositores políticos, mas os excluídos sociais, em especial.

Palavras-Chave:

Dictadura militar – Brasil/ anos 70 e 90 Violência

Abstract:

National Security Tenets and Production of Subjectivity

Abstract

This research overviews historically Brazil of the 60's and 70's, focusing on the strengthening/implementation of the National Security Tenet emerged mainly from the Escola Superior de Guerra.

It shows some characteristics of the repressive system from then, analyzing some points of the national security laws and the performance of the military justice.

Finally, it shows the production of a new National Security Tenet strengthening itself by the 90's in our country, no longer against political opposition, but especially against the socially excluded ones.

Key- Words:

Military Dictatorship - Brazil/70`s and 90`s - Violence

I - Introdução

Penso apresentar um sucinto quadro histórico do Brasil nos anos 60 e 70 no sentido de contextualizar o aparecimento e implementação da chamada Doutrina de Segurança Nacional em nosso país. Para isto, apontarei algumas subjetividade produzidas/fortalecidas naqueles anos

como cenário para as doutrinas que estavam sendo gestadas pelo regime militar através, principalmente, da Escola Superior de Guerra.

A seguir, apresentarei e colocarei em análise algumas características do aparato repressivo que se vai criando e fortalecendo em nosso país e alguns de seus órgãos que vão se tornando, muitos deles, verdadeiros Estados dentro do Estado. Também serão apontadas algumas técnicas repressivas que vão se sofisticando, no Brasil no início da década de 70, chegando a ser exportadas para outras ditaduras latino-americanas como, por exemplo, a figura do desaparecido político.

Adiante, analisarei algumas características da legislação de segurança nacional então vigente em nosso país, àquela época e o funcionamento da justiça militar.

Finalizando, penso trazer a produção de uma nova Doutrina de Segurança Nacional que se gesta e se fortalece no início dos anos 90 no Brasil e em toda América Latina. Ou seja, como sob novas maquiagens e utilizando as mesmas estratégias, os discursos de segurança pública hoje ainda estão, profundamente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional vigente no final nas décadas de 60 e 70.

II - A Gestação do Golpe Militar de 1964

O período de 1946/1964 representa em nossa história uma etapa de conflitos que geraram modificações profundas em toda a sociedade brasileira.

A maestria política de Getúlio Vargas havia lançado as bases de um novo fenômeno na vida política nacional: o populismo. Nele era estimulada a mobilização das massas, mas em um contexto em que as energias acabavam sendo capturadas e capitalizadas pelos diferentes poderes.

Aquele período também caracterizou-se pela forte desnacionalização, quando disposições legais sobre política alfandegária abriram as comportas à penetração do capital estrangeiro, notadamente o norte-americano

Com o governo eleito de Vargas (1950/1954) o embrião do golpe militar de 1964 começava a criar corpo. Seu mandato esteve voltado para uma vacilante defesa do nacionalismo econômico, o que acirrou o ódio de setores mais conservadores ligados aos capitais estrangeiros, já em íntima aliança com a doutrina que se forjava na Escola Superior de Guerra.

Fortalecendo posturas populistas e sem base de apoio nos setores mais à esquerda, esta política abriu a porta para ações golpistas que, dessa forma, fizeram sua primeira tentativa, dez anos antes do êxito alcançado em 1964.

Tramou-se a deposição de Getúlio através de campanhas que levantaram nos quartéis e nos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira o fantasma da política trabalhista então vigente. O golpe de Estado já se encontrava a caminho, comandado pelos chefes militares, quando foi freado pelo gesto dramático de Getúlio: o seu suicídio.

Até 1956, quando foi empossado o novo presidente Juscelino Kubitschek, o país viveu momentos conturbados por novas tentativas dos mesmos setores golpistas que esbarravam na resistência de grupos nacionalistas das Forças Armadas, detentores de postos importantes naquele período. O Ministro da Guerra, Henrique Lott, por exemplo, desempenhou papel importante na manutenção da legalidade constitucional. Os golpistas voltavam-se, mais uma vez, para a fase dos preparativos, sempre aglomerados em torno da Escola Superior de Guerra.

Durante o Governo de Juscelino (1956/1960) alguns setores golpistas voltaram à cena: em fevereiro de 1956, com o levante de Jacareacanga e, em dezembro de 1959, com a rebelião de Aragarças. Esta última foi liderada pelo então tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier que se caracterizaria, após o golpe militar de 1964, como torturador de presos políticos, sendo apontado como um dos assassinos do desaparecido político Stuart Angel Jones.

Uma nova tentativa golpista ocorreu quando, em 1961, Jânio Quadros que havia sido eleito (1960), renunciou à Presidência da República. Seu vice, João Goulart, herdeiro do nacionalismo getulista, estigmatizado como radical pela maioria da alta hierarquia militar, teve seu nome impugnado para ocupar o cargo de presidente. Os três ministros militares alardeavam que não aceitavam a posse de Goulart. Seguiu-se ampla movimentação em todo o país, sendo que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, teve um papel de destaque na mobilização popular contra o golpe que se tramava. Recuaram os militares, impondo o estabelecimento do regime parlamentarista no Brasil, encontrando, com isso, uma forma de manietar as pretensões reformistas de João Goulart.

Os anos de 1962 a 1964 foram palco de rápido crescimento das lutas populares em nosso país. Goulart encampou numerosas bandeiras levantadas pelos trabalhadores desde o fim do Estado Novo. A aceleração da chamada "política de reformas de base", deu-se a partir de janeiro de 1963, quando o presidente conseguiu, através de um plebiscito que lhe deu esmagadora vitória, derrubar o parlamentarismo imposto pelos militares, voltando a governar sob o sistema presidencialista.

Os trabalhadores, ao arrepio da estrutura sindical que a lei impunha desde Getúlio, criaram uma central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Esta passou a ser produzida pelos conservadores como um espantalho que comprovava a iminência de uma revolução comunista no Brasil.

Aqueles anos, que denominei de período de "engajamento populista" [1], caracterizou-se pela ascensão dos movimentos sociais que, com o consentimento e apoio governamentais, voltavam-se para a "conscientização popular".

"A efervescência política, o intenso clima de mobilização e os avanços na modernização, industrialização e urbanização que configuravam aquele período, traziam, necessariamente, as preocupações com a participação popular" (COIMBRA, 1995: 3).

Este "engajamento" [2] traduzia-se não só pelo fortalecimento do CGT, mas pela ascensão do movimento estudantil e das lutas camponesas. A União Nacional do Estudantes (UNE), por exemplo, através de sua UNE/Volante, levava para diferentes estados brasileiros, vários shows, peças de teatro que falavam das chamadas "reformas de base". No nordeste, Francisco Julião e as Ligas Camponesas - que se espalhavam por 20 estados - incendiavam com sonhos de liberdade e de reforma agrária os camponeses. Diferentes experiências com alfabetização de adultos foram levadas a cabo: o Movimento de Cultura Popular (MCP), em Pernambuco e o Programa Nacional de Alfabetização que utilizava o Método Paulo Freire, também em Pernambuco e no Rio de Janeiro[3], entre outros.

Agitavam-se em todo o país as bandeiras das "reformas de base". Também no âmbito parlamentar estruturou-se uma frente nacionalista que fez crescer as pressões no sentido das reformas.

Antes que todo esse clima de efervescência atingisse limites revolucionários, os conservadores desencadearam ampla agitação golpista. Esta era estimulada claramente pelo governo norte-americano assustado pelas bandeiras nacionalistas. O "pacto populista" entre o governo de João Goulart e os setores populares, começava a se tornar perigoso para a expansão do capital estrangeiro. A situação crítica da economia brasileira, com inflação galopante e crises de recessão e o fantasma do comunismo propiciavam a propaganda, junto às classes médias, da necessidade de um governo forte.

Os governadores do Rio (Carlos Lacerda), de São Paulo (Ademar de Barros) e de Minas (Magalhães Pinto), assim como entidades financiadas pelo capital norte-americano, como por exemplo, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) faziam ampla propaganda anti-governamental, anti-comunista e golpista.

Neste quadro, sinteticamente aqui apresentado, deu-se o golpe militar de 1964, quando as forças armadas ocuparam o Estado para servir aos interesses dos capitais estrangeiros.

III - O Golpe Dentro do Golpe: o Terrorismo de Estado

No período de 1964 a 1969, que denominei de "engajamento consentido", apesar das centenas de cassações, prisões e torturas, com relação à produção da época, não houve impedimento de sua circulação[4]. Era a ditadura, mas havia uma hegemonia cultural da esquerda; entretanto, a circulação de tais idéias era totalmente bloqueada às classes populares. Passava a ser realizada num circuito fechado e "(...) integrado as sistema - teatro, cinema, disco e a ser consumida por um público já 'convertido 'de intelectuais e estudantes de classe média" (Hollanda, 1978: 33).

Foi o circuito do espetáculo que passou a funcionar e, apesar da ditadura, produziram-se territórios singulares[5]. Por exemplo, os shows "Opinião", "Arena Canta Zumbi", "Roda Viva", "O Rei da Vela", os festivais de Música Popular Brasileira em circuitos universitários, na esteira do "engajamento", popular, inauguraram a chamada "canção de protesto". O Cinema Novo, o movimento tropicalista, a revista Civilização Brasileira - de 65 a 69, pólo de concentração da intelectualidade de esquerda - engrossaram o caldo de cultura que explodiu em 1968.

A geração de 68 trouxe, além da contestação política, a marca dos movimentos contraculturais: a recusa de padrões de bom comportamento e a crença na política, onde "(...) tudo deve se submeter ao político, o amor, o sexo, a cultura, o comportamento; era difícil ser indiferente naqueles tempos apaixonados" (VENTURA, 1988, p. 75).

Dentro do segmento dirigente que havia dado o golpe, já em 1964, começavam a surgir divisões: a ala representada por Castelo Branco (o presidente militar) e a que ficou conhecida como "linha dura". Propugnava a radicalização e o avanço das medidas repressivas, principalmente, quando a iniciou sua ascensão em 1967, quando da sucessão de Castelo Branco. O nome apoiado por ela, Costa e Silva, tomou-se o 2º presidente militar.

Um mês antes da posse, em fevereiro, caminhando para a radicalização, foi imposta a nova Lei de Imprensa e a nova Lei de Segurança Nacional, que será rapidamente abordada no item seguinte. Quanto à Lei de Imprensa, restringia profundamente o direito de crítica e previa condenações de até 10 anos para os infratores de seus dispositivos penais.

Os anos de 67 e 68, portanto, marcaram o crescimento das dissidências entre as forças que apoiaram o golpe. Foi articulada, por Lacerda - já cassado - , uma Frente Ampla de Oposição que recebeu o apoio de Kubitschek e do próprio Goulart - ambos também cassados e o último no exílio.

A oposição ao regime também ganhava força nas ruas, nas fábricas e universidades. Desde 1966, a UNE retomou suas atividades e, em março de 1968, a polícia reprimiu uma manifestação de estudantes, matando o secundarista Edson Luiz. Era a faísca que faltava. Nos meses seguintes, alastraram-se, nas principais capitais do país, as manifestações de estudantes, intelectuais, operários. Em julho, no Rio de Janeiro, ocorreu a passeata dos cem mil e, em outubro, o célebre congresso clandestino da UNE, em Ibiúna (SP), foi estourado pela polícia quando cerca de 700 estudantes foram presos.

As lutas operárias também apareciam e, desde 66/67, pequenas paralisações foram realizadas isoladamente. Em 1968, duas importantes greves aconteceram: Contagem (MG) e Osasco (SP) e foram violentamente reprimidas.

A repressão agia em 1968, de forma cada vez mais violenta, com o apoio de grupos paramilitares. "Bombas em teatros do Rio e São Paulo, em editoras, jornais, espaços culturais, faculdades (...); seqüestros e espancamentos de artistas e estudantes"(REIS FILHO, 1988: 30). Foi denunciado no próprio Parlamento o envolvimento e utilização de uma tropa de elite da Aeronáutica (o PARASAR) na prática de missões criminosas. O Ministro da Aeronáutica, o tristemente famoso brigadeiro Burnier, desmentiu o fato, mas vários oficiais do PARASAR confirmaram, tendo sido presos e afastados de suas funções.

Estava armada a cena para a vitória da "linha dura". O golpe dentro do golpe veio com a edição do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, que instituiu a ditadura sem disfarces: o terrorismo de Estado.

A partir daí, o regime militar consolidou a sua forma mais brutal de atuação através de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional. Desta forma, estava garantido o desenvolvimento econômico com a crescente internacionalização da economia brasileira e a devida eliminação das "oposições internas". Silenciava-se e massacrava-se toda e qualquer pessoa que ousasse levantar a voz.

IV - Os Anos de Chumbo: a Doutrina de Segurança Nacional e o Aparato Repressivo

O AI-5 inaugurou também o governo Médici (1969/1974) – 3º presidente militar - um dos mais violentos e repressivos períodos de toda a história da República. Representante da "linha dura", Emílio Garrastazu Médici governou, sob o lema "segurança e desenvolvimento nacionais". Ao lado da repressão que cada vez se sofisticava mais, o país viveu a fase do "milagre econômico", dos "projetos de impacto", das obras faraônicas, como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, o que fortalecia uma propaganda permanente e bem elaborada do Estado forte que massacrava no nascedouro todas as modalidades de lutas populares, fossem de reivindicação salarial ou de denúncia de violação dos direitos humanos.

Vendia-se massivamente a imagem do Brasil como a "ilha de tranquilidade", de "progresso", de "bem-estar" e de euforia. Vivia-se um clima de ufanismo com a classe média, ascendendo e aproveitando-se das sobras do "milagre". Ao som do pregão das Bolsas de Valores e do slogan "Brasil: ame-o ou deixe-o", a ascendente classe média vivia momentos inesquecíveis de consumismo com a "modernização", levada ao ritmo de "Brasil Grande". "A televisão passou a alcançar um nível de eficiência internacional, fornecendo valores e padrões para 'um país que vai para frente' (HOLLANDA, 1978: 125). Foi o início do reinado da Rede Globo, da aldeia global que se fortaleceu gradativamente naquele período, produzindo/fortalecendo subjetividades então hegemônicas: formas de pensar, sentir, perceber e agir condizentes com o regime. Tais processos de subjetivação traduziam-se na importância dada ao consumismo, à necessidade de se ascender socialmente; "subir na vida" tornava-se a palavra de ordem. Foi produzida uma aceitação quase unânime das regras do sistema: a população passava a aceitar passivamente que compete ao governo a resolução dos problemas; a nós, compete trabalhar e/ou estudar e não nos imiscuir em política.

A Escola Superior de Guerra

Ao lado dessas competentes produções de subjetividades vivia-se no Brasil um dos mais violentos períodos de perseguições, seqüestros, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Expandia-se a doutrina do regime militar, baseada na Segurança Nacional, tendo como centro irradiador a Escola Superior de Guerra que ajudou no avanço e desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos.

A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 - à época da II Guerra Mundial - desde seu início esposou o anti-comunismo.

"A estreita vinculação surgida entre oficiais brasileiros que lá estavam, como Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e outros, e seus colegas norte-americanos chegou até mesmo a fazer com que compartilhassem a expectativa de continuação da guerra ou início de uma terceira - opondo desta vez União Soviética e os aliados ocidentais (...). Terminada a guerra, toda essa geração de oficiais, em fluxo maciço, passou a freqüentar cursos militares americanos (...). Quando começam a retornar ao Brasil já então profundamente influenciados por uma nova concepção à respeito de como entender a Defesa Nacional. Nas escolas americanas tinham aprendido que não se tratava mais de fortalecer o Poder Nacional contra eventuais ataques externos, e sim contra um "inimigo interno" que procurava solapar as instituições. Voltam não só convencidos das novas propostas sustentadas pelos estrategistas norte-americanos, mas também interessados em repetir aqui alguma experiência semelhante as do "National War College", criado naquele país, em 1946, com o objetivo de congregar civis e militares no estudo de problemas referentes à estratégia de "Defesa e Poder Nacional", numa linha de preocupação que já tinha levado Clemenceau a afirmar que a *guerra é coisa muito séria para ficar sob responsabilidade apenas de generais*" (Projeto Brasil Nunca Mais, 1985: 53 e.54).

A ESG está sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas e deve em tese ser dirigida por um oficial general escolhido em rodízio entre as três Armas. Após 64, no entanto, só teve comandantes extraídos do Exército, o que aponta a hegemonia dessa Arma na condução do regime militar. Somente, em 1978, quando do período de dissensão "lenta, gradual e segura", durante o governo Geisel (1974/1978), o rodízio foi retomado.

A ESG saiu vitoriosa em 1964 e, a partir daí, passou a funcionar como formadora de quadros para a administração do novo regime.

"A seleção dos novos estagiários passou a seguir critérios rígidos. No caso de militares, a escolha dependia de recomendação dos superiores, que, por sua vez, baseava-se no grau de identificação do candidato com as diretrizes do governo militar. Os civis eram escolhidos entre expoentes da "intelligentzia" alinhada com o regime, especialmente parlamentares governistas, opositores moderados, professores universitários e nomes emergentes entre o empresariado e a tecnocracia (...)."

Através da Escola Superior de Guerra foi irradiada a Doutrina de Segurança Nacional, cuja principal fonte foi o livro de Golbery do Couto e Silva[6] , publicado em 1967.

A Doutrina de Segurança Nacional e os Aparatos de Repressão

O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de "defesa nacional". Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as "forças internas de agitação". Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada "guerra fria". De um lado, os alinhados com a "democracia": os Estados Unidos e seus aliados; de outro, os comprometidos com o "comunismo internacional": a União Soviética, os países "satélites" e " os comunistas".

*"Assim, tratava-se de **atrelar** o vagão brasileiro à locomotiva do chamado 'mundo ocidental cristão'" (Idem: 58).*

O "inimigo interno" era assim definido, nas palavras do General Breno Borges Fortes, comandante do Estado Maior do Exército, em discurso pronunciado na 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Caracas, em 1973:

"O inimigo (...) usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, (...); vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura (...); enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa fé dos povos ocidentais. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do

continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal, este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista a internacional.” (Jornal da Tarde, 1973: 10).

Segundo Golbery, a Doutrina de Segurança Nacional fazia uma comparação entre segurança e bem-estar social. Ou seja, se a "segurança nacional" está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana. Foram estes princípios de "segurança nacional" que nortearam a ideologia oficial em vigor à época: a caça ao "inimigo interno". Para isto, foi amplamente modificado o sistema de segurança do Estado brasileiro.

"Duas foram as características dessas mudanças. Uma foi o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos. Outra foi a atribuição de uma autonomia à operatividade dos organismos criados, que se levou a considerar, já no princípio da décad. de 70, a existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado(...) Na primeira etapa de sua escalada repressiva, o regime se limitou a hipertrofiar os órgãos de repressão política já existentes antes de 64. Mais tarde, (...) nas mais diferentes áreas, passou-se à criação de organismos mais adaptados (...), dotados às vezes de estrutura semi-clandestina e orientados para não inibir sua ação repressiva perante nenhum dos clássicos institutos jurídicos de proteção à pessoa humana" (Projeto Brasil Nunca Mais, 1985: 67).

Em abril de 1964, foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), instrumento para adaptar o poderio bélico das Forças Armadas à nova doutrina de segurança, que já considerava deflagrada a "guerra revolucionária" contra o "inimigo" infiltrado em todo o país. Congregavam-se militares e industriais para ampliar e modificar o sistema de segurança do Estado brasileiro [7]

Foi criada toda uma máquina para "produção e operação de informações" com o nome de Sistema Nacional de Informações, que poderia ser visualizado como uma pirâmide que tinha como

base as câmaras de torturas e interrogatórios e, no vértice, o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Este era presidido pelo general presidente, tendo como secretário geral o chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Para coordenar os trabalhos do Conselho de Segurança Nacional foi criado, em 13 de junho, de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) que teve suas atividades espalhadas por todo o território brasileiro. Para lá eram enviados os diplomados pela Escola Superior de Guerra.

"Em 1972 foi instalada, com finalidade exclusiva de preparar pessoal para o trabalho no SNI, a Escola Superior Nacional de Informações, que surgiu de um antigo curso oferecido pela ESG e ministrava cursos regulares sobre informações, voltando-se para a criação de especialistas em análise e coleta de informações. Ministrou também cursos rápidos para estagiários, sendo mais freqüentados aqueles destinados aos militares que iam servir como adidos nas embaixadas e aos funcionários dos serviços de segurança dos ministérios civis" (Idem: 70).

Foi no decorrer do governo Médici que as funções e prerrogativas do SNI aumentaram significativamente e se verificou sua militarização. Cresceu a tal ponto que se transformou na quarta força armada, embora não uniformizada. Foi o órgão de repressão mais importante, dentro e fora do

Brasil, tendo agências em cada Ministério, empresa estatal e privada, universidade, governo estadual e municipal.

De 1967 a 1972, criaram-se inúmeros outros aparelhos repressivos. Em 1967, foi organizado o Centro de Informações do Exército (CIE) e, em 1970, o da Aeronáutica (CISA). O da Marinha, CENIMAR que já existia antes de 1964, foi reestruturado em 1971.

O regime passou a se preocupar com uma maior integração entre os organismos repressivos já existentes. Esta deveria ser efetivada sob a hegemonia do Exército, não somente por ser a Arma de maior contingente, mas também porque a Doutrina de Segurança Nacional conferia-lhe o papel especial na nova concepção de guerra, contra um "inimigo interno" e envolvendo especialmente forças terrestres.

Essa integração foi testada, em julho de 1969, com a criação, em São Paulo, da OBAN (Operação Bandeirantes) que se nutriu de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors. Foi estruturada com três tipos de equipes: de buscas, de interrogatório e de

análise que se revezavam num trabalho ininterrupto, por turnos de 24 horas. Foi composta com efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, DOPS (polícia política estadual), polícias federal, civil e militar; ou seja, todos os tipos de organismos de segurança e policiamento, chegando a contar com oficiais do Corpo de Bombeiros.

A "luta contra a subversão", em São Paulo, atingiu tantos êxitos que, em janeiro de 1970, formalizava-se a criação dos DOI-CODIs (Destacamento de Operações Internas / Centro de Operações de Defesa Interna) em cada região militar do país. Vinculados à Segunda Seção da Unidade do Exército de cada área, os DOI-CODIs passaram a dispor do comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área. Cada DOI-CODI também se estruturou com o mesmo funcionamento que havia vigorado na OBAN, sendo comandado por oficial do Exército e com os mesmos efetivos - todos os tipos de organismos de segurança e policiamento.

Além de todos esses órgãos legais e oficiais, o Sistema Nacional de Informações, também conhecido como "Comunidade de Informações", contou com a cooperação de outros órgãos paramilitares, alguns mantendo atividades legais como camuflagem, outros inteiramente clandestinos. Ficaram tristemente famosos a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Movimento Anti-Comunista (MAC), a Fação Anticomunista (FAC), a Vanguarda Anticomunista, o Grupo Anticomunista, a Ação Anti-comunista Brasileira e a Falange Pátria Nossa, muitos surgidos antes de 1964 e extremamente atuantes após o golpe.

Cabe registrar que a ação desse intrincado aparato de repressão não se circunscreveu às fronteiras do Brasil. Nos golpes militares ocorridos na Bolívia (1972), no Chile e Uruguai (1973) e na Argentina (1976), estiveram presentes oficiais e policiais brasileiros, participando ativamente de torturas e interrogatórios. Posteriormente, executaram "trabalhos" conjuntos com os serviços de informações e segurança desses países, mantendo uma rede para prisões, seqüestros, mortes e desaparecimentos de opositores políticos [8].

V - A Legislação de Segurança Nacional e a Justiça Militar

A legislação de segurança nacional foi a expressão dessa doutrina articulada e colocada em prática pelo regime militar. Ela foi transformada entre nós em preceito constitucional pela Emenda n' 1169 que subverteu o direito público brasileiro, anulou os poderes constitucionais do Legislativo, subjugando a sociedade e os estabelecimentos político-jurídicos.

Criou-se, verdadeiramente, um Estado de Segurança Nacional que veio à luz, quer pelos Atos Institucionais, quer pela Constituição de janeiro de 1967, que "aperfeiçoou" o conceito de segurança nacional.

Por esta Constituição, o Poder Executivo ficou com as principais atribuições da Segurança Nacional, possibilitando ao Presidente da República, ad referendum do Congresso Nacional, em casos de urgência, expedir decretos-leis sobre temas de segurança nacional. Ampliaram-se também os poderes e as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas.

A Emenda Constitucional de n.º de 1969, aprofundou e radicalizou todos os poderes já conferidos ao Executivo, ao Conselho de Segurança Nacional e às Forças Armadas pela Constituição de 67. A Doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida nacional

“Através do Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, foram traçados os 'objetivos nacionais permanentes' e as 'bases para a política nacional' e, de acordo com esses objetivos, foram editados pelo Poder Executivo, decretos, decretos-leis, atos institucionais e apresentados ao Parlamento projetos de lei e emendas constitucionais; quando necessário, foram editados até mesmo, os 'Decretos Secretos' (...). Enganam-se, pois, os que pensam que a referida Doutrina consubstanciou-se em termos legais, na Lei que levou o seu nome. A lei de Segurança Nacional foi, pois, e no máximo, aquela específica que concentra e condensa todos os critérios e conceitos enfeixados pela Doutrina de Segurança Nacional(...)" (Idem: 82).

A primeira Lei de Segurança Nacional foi editada, em fevereiro de 1967, quando dos primeiros avanços da "linha dura" em nosso país. Prevaleceu sobre todas as leis e mesmo sobre a Carta Magna, propugnando que todos os "antagonismos" deveriam ser puníveis como crimes contra a segurança do Estado.

"Logo em abril de 1964, foram criadas as Comissões Gerais de Investigação (CGI), chefiadas a nível nacional pelo General Taurino de Rezende, que centralizaram as centenas de inquéritos policiais (formados em repartições da polícia) e inquéritos policiais-militares (IPMS, formados em unidades militares) abertos para apurar os "atos de subversão" que teriam sido praticados por alguns milhares de cidadãos em todo o país"

Arquidiocese de São Paulo, 1985: 169).

Até outubro de 1965, os atingidos pela atividade repressiva ainda tinham a possibilidade de recorrer à Justiça Comum, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Com a edição do Ato Institucional n.º 2, a Justiça Militar passou a monopolizar a competência para processar e julgar todos os crimes contra a Segurança Nacional. Os inquéritos policiais militares passaram a ser encaminhados às Auditorias Militares e regidos pelo Código de Justiça Militar.

Vigorou a lógica - invertendo qualquer princípio jurídico - de escolher sempre a interpretação mais desfavorável às pessoas acusadas de oposição política ao regime, de contrariar expressamente os dispositivos legais que lhes fossem favoráveis. Estas arbitrariedades estiveram presentes em todos os passos do procedimento jurídico, desde a instalação do inquérito até o fim do processo, com o julgamento

Os doze volumes do Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, foi o resultado de uma pesquisa realizada em todos os processos constantes no Supremo Tribunal Militar, no período de abril de 1964 a maio de 1979, que diziam respeito aos chamados "crimes contra a segurança nacional" [9]. Esta pesquisa selecionou 20 casos que ilustram, de

modo bastante representativo, a postura da Justiça Militar ao julgar processos instaurados contra os chamados "inimigos internos" do regime.

Esses casos apontam como a justiça brasileira - transformada simplesmente em justiça militar para todos os casos vinculados à segurança do Estado - estava totalmente atravessada pela Doutrina de Segurança Nacional, então vigente em nosso país.

Entretanto, apesar de todos esses dispositivos legais e jurídicos acoplados à "segurança nacional", denúncias foram feitas nas Auditorias Militares pelos milhares de presos políticos. Denúncias estas, que estão oficialmente registradas nos IPMS. Levantou-se que 1843 pessoas presas no período de 1964 a 1979 denunciaram torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Chegou-se ainda, aos seguintes números de pessoas que foram denunciadas pela Justiça Militar: de 1964 até 1968, foram 2.735 pessoas; de 1969 até 1974, 4.748 pessoas e de 1975 até 1979, 244 pessoas. Isto perfaz o total de 7.727 pessoas que foram denunciadas. Daí, calcula-se que o número de presos - pois muitos não foram denunciados e nem sequer prestaram depoimentos em Auditorias Militares - seja o triplo, chegando a quase 30.000 pessoas.

Por estes números e pela história aqui sucintamente narrada percebe-se que, ao longo dos anos do regime militar, podemos perceber três momentos distintos.

"O primeiro, imediatamente após o ano de 1964, quando foi muito grande o número de processos políticos. Aos poucos esses processos foram diminuindo até que, em 69, voltaram a aumentar de forma significativa. O marco institucional que coincide com o recrudescimento da repressão política é o da edição do Ato Institucional nº 5 (1968). Esse Ato não fornece todas as razões pelas quais a repressão política aumentou (...) Ressalte-se que- as diferenças não são apenas uma questão numérica. Os objetivos repressivos são distintos. Os principais atingidos, por exemplo, não são iguais nos dois períodos. Os organismos repressivos também não atuaram da mesma maneira (...) . Em 1969, tem início um aumento do número de processos políticos, seguido de uma paulatina diminuição até 1974, quando entra em vigor a tímida e dúbia política de dissensão do governo Geisel " (Idem: O1)

VI - Finalizando ...

Hoje, nos anos 90, muitos aspectos de todo esse "entulho" autoritário têm sido criticados e até mesmo superados com relação aos aparatos de repressão, aos organismos de informação, à legislação repressiva e à justiça militar.

Entretanto, alguns permanecem, sendo utilizados sob novas maquiagens e utilizando as mesmas estratégias.

Abordarei aqui, apenas dois desses aspectos, embora muitos outros continuem existindo.

Com relação à Doutrina de Segurança Nacional hoje, dentro da- nova ordem mundial, dos projetos neo-liberais vigentes em escala planetária, os "inimigos internos do regime" - aqueles tratados como tais - passam a ser os segmentos mais pauperizados e não mais somente os opositores políticos. São todos aqueles que os "mantenedores da ordem" consideram "suspeitos" e que devem, portanto, ser eliminados. Grupos de extermínios - nascidos sob o beneplácito do regime militar e dele fazendo parte - funcionam ainda para, estes fins, financiados por comerciantes e empresários e, com auxílio de muitos dispositivos sociais - como a mídia - têm fortalecido processos de subjetivação que produzem juizes e autores como sujeitos necessários à "limpeza" do corno social "enfermo". Estes "enfermos" são percebidos como perigosos e ameaçadores. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria - já que não pode ser mais escondida e/ou administrada - deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que expõem incomodando os "olhos, ouvidos e narizes" das classes mais abastadas [10].

No Rio de Janeiro, em 1991, foi documentada a existência de 183 grupos de extermínio, por exemplo.

Quanto à justiça, militar, perdura até hoje o julgamento de crimes cometidos por policiais militares por membros de sua própria corporação. Em 1977, - durante o governo Geisel - dentro dos dispositivos do chamado "pacote de abril", manteve-se que a Justiça Militar deveria julgar os crimes cometidos durante as atividades de policiamento. Mantém-se ainda uma visão militarizada da segurança pública, pois

“ o policiamento ostensivo e a prevenção da ordem pública, além de permanecerem militarizados, continuam a contar com o foro especial da justiça das polícias militares estaduais. Como durante o regime militar, tem ficado patente que essa justiça tem servido para proteger policiais em ações criminosas” (PINHEIRO, 1996, p. 28).

Este mesmo autor informa que tanto o Código Militar quanto o Código de Processo Penal Militar voltados para as operações militares da Forças Armadas, não se encontram em condições de julgar e investigar crimes civis praticados durante ações de policiamento.

Ainda discute-se no parlamento projetos de lei, como o do Deputado Hélio Bicudo, para restaurar a competência da justiça civil no julgamento de crimes de militares contra civis.

Por esses dois pequenos exemplos, vemos o quanto ainda hoje se mantém em nosso país muitos dos aspectos repressivos e autoritários vigentes nos "Anos de Chumbo". Considero que entender, analisar e colocar em destaque tais questões hoje é uma das tarefas fundamentais para os profissionais das chamadas ciências humanas e sociais.

Citações Bibliográficas:

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "O Regime Militar" in Projeto Brasil Nunca Mais. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.

-----"As Leis Repressivas" Arquidiocese de São Paulo, in Projeto Brasil Nunca Mais. São Paulo, 1985

-----"As Torturas" in Projeto Brasil Nunca Mais São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.

----- Brasil Nunca Mais. Rio de Janeiro, Vozes, 198 S.

COIMBRA, C. M. B. - Discursos sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: Violência urbana e alguns de seus efeitos. Trabalho de Pós-Doutorado, São Paulo, NEV/USP, 1998

----- Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas "psi" no Brasil do "Milagre". Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1995.

GUATARRI, F. e ROLNIK, S. - Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1988.

HOLLANDA, H. B. - Impressões de viagem. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1978.

IANNI, O. - O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

MARIANO, N. C. - Operación Condor: Terrorismo de estado en el Cono Sur. B. A., Ed. Lohlé - Lúmen, 1998.

PINHEIRO, P. S. - "O Passado Não Está Morto: nem passado ainda é" in DIMENSTEIN, G. - Democracia em Pedacos. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

REIS FILHO, D. A. - 1968: a Utopia de Uma Paixão. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988, p. 30.

SCHWARZ, R. - O Pai de Família e Outros Estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

SILVA, G. C. - Geopolítica do Brasil Rio de Janeiro, José Olympio, 1967

VENTURA, Z. - 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

*Psicóloga, Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense, Pós-Doutora em Ciência Política pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, Coordenadora da Comissão Nacional de

Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Vice-Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Membro do Conselho Consultivo do Centro de Justiça Global.

[1] Consultar COIMBRA, C. M. B. – Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do “Milagre” – Rio de Janeiro, Oficina de Autor, 1995.

[2] Ainda sobre o assunto consultar HOLLANDA, H. B. Impressões de viagem. Tese de Doutorado, UFRJ, 1978.

[3] Sobre o assunto consultar COIMBRA, C. M. B. – Resgatando Paulo Freire: o programa nacional de alfabetização no Rio de Janeiro, RJ, 2000, mimeogr.

[4] Sobre o assunto consultar SCHWARZ, R. - O Pai de Família e Outros Estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

[5] Segundo F. Guattari, processos de singularização designa os processos disruptores no campo da produção de desejo; trata-se de movimentos de protesto do inconsciente contra as subjetividades capitalísticas através da arribação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções, etc. In GUATTARI, F. e ROLNIK, S. - Micropolítica.- cartografias do desejo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1988.

[6] SILVA, G. C. – Geopolítica do Brasil - Rio de Janeiro, José Olympio, 1967

[7] Sobre o assunto consultar Ianni, O. – O Colapso do Populismo no Brasil – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

[8] Sobre o assunto consultar MARIANO, N. C. - Operación Condor.- Terrorismo de estado en el Cono Sur - B A, Ed.

[9] - Esta pesquisa - cuja síntese é o livro "Brasil Nunca Mais", editado pela Vozes, em 1985 - consta de 12 volumes. Somente existem 25 exemplares desses volumes que foram doados a entidades de direitos humanos e universidades.

[10] Sobre o assunto consultar COIMBRA, C. M. B. - Discursos sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: Violência urbana e alguns de seus efeitos - Trabalho de Pós-Doutorado, NEV/USP, 1998.